



PUBLICADO EM: 03/07/25  
EDIÇÃO NÚMERO: 2965  
JORNAL: Diário Oficial

## **CAMPO LARGO**

PREFEITURA MUNICIPAL

### **LEI Nº 3879, DE 02 DE JULHO DE 2025.**

Dispõe sobre as feiras do produtor rural, feiras do peixe, orgânicos e demais feiras de atividade agrícola e pecuária instituídas pelo Município de Campo Largo e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**, Estado do Paraná, **APROVOU** e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte Lei:

#### **CAPÍTULO I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Fica autorizado o Executivo Municipal a criar, implantar e reservar espaços para barracas, food trucks e/ou similares nas feiras livres, destinadas exclusivamente aos pequenos produtores rurais da agricultura e da pecuária, devidamente cadastrados no Município, para comercialização de produtos orgânicos e não orgânicos, por estes produzidos.

I - para efeitos desta Lei, é considerado agricultor, toda a pessoa física ou a sua família, que seja proprietário de imóvel agrícola, arrendatário, agregado, meeiro, parceiro, comodatário e posseiro, desde que de boa-fé, devendo o imóvel, obrigatoriamente, estar em plena atividade agrícola, com bloco de notas de produtor rural registrado na Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária do Município de Campo Largo, que tenha a agricultura como fonte de emprego, renda e alimentação.

II - para efeitos desta Lei, é considerado produtor rural toda pessoa física ou cooperativas que explorem a terra, com fins econômicos ou de subsistência, por meio da agricultura, da pecuária de leite e corte, da avicultura, da suinocultura, do extrativismo sustentável, da piscicultura, da aquicultura, da fruticultura, da plasticultura, da apicultura, além de atividades não agrícolas, respeitada a função social da terra, desde que haja registro de produção através da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária do Município de Campo Largo.

III - Considera-se feirante o agricultor e/ou produtor que, atendidas as exigências legais, obtiver um ponto de comercialização em feiras livres (Feira do Produtor Rural, Feira do Peixe, entre outras).

**Art. 2º** A implantação de espaços para as feiras do produtor rural visa:



## **CAMPO LARGO**

PREFEITURA MUNICIPAL

- I – promover a soberania da segurança alimentar e nutricional e do direito humano ao acesso a alimentação adequada e saudável;
- II - estimular e fomentar o consumo de produtos produzidos pelo pequeno produtor rural da agricultura e da pecuária;
- III – estimular o empreendedorismo e o cooperativismo com vistas ao crescimento na produção de alimentos;
- IV – conscientizar a população a respeito dos benefícios de uma alimentação saudável; e
- V - fortalecer os pequenos produtores rurais da agricultura e da pecuária, visando a conservação dos bens naturais.

### **CAPÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 3º** A implantação, organização e a disposição dos feirantes, ou seja, os pequenos produtores rurais da agricultura e da pecuária com seus produtos nas feiras livres, caberá a Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária/SMAP, órgão responsável pelas políticas da agricultura e da pecuária do Executivo Municipal, podendo firmar parcerias com Associações de Agricultores e Produtores, caso seja do interesse público. A SMAP será responsável por:

- I - administrar as feiras na forma da Lei, estabelecerá diretrizes, normas e organizará as feiras; irá definir horários, locais e dias de funcionamento;
- II - definir os critérios de cadastramento dos feirantes interessados em participar das feiras realizadas pelo Município;
- III – definir a forma de preenchimento das vagas existentes nas feiras;
- IV – conceder anualmente a Autorização de Funcionamento aos candidatos a expositor, aprovados nos termos desta Lei, e renová-la anualmente de acordo com os critérios estabelecidos; e
- V - decidir sobre o cancelamento da Autorização de funcionamento dos expositores que tenham recebido penalidades, de acordo com esta Lei.

### **CAPÍTULO III DAS VAGAS**

**Art. 4º** As vagas nas feiras não são vitalícias, e não poderão ser comercializadas, cedidas, vendidas ou alugadas, sob pena de cancelamento imediato da autorização:



## **CAMPO LARGO**

PREFEITURA MUNICIPAL

I - após aprovado, quando do preenchimento do cadastro, o feirante deverá indicar, no caso de sua ausência por força maior, relação de familiares diretos (cônjuge e filhos) que poderão representá-lo no espaço da feira;

II - no caso de falecimento do titular, os familiares diretos (cônjuge e filhos), poderão pleitear o espaço. Neste caso a Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária deve ser comunicada;

III – o feirante deverá expor, em sua barraca, ao menos 60% dos produtos com os quais se inscreveu na feira.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DOS DEVERES DOS FEIRANTES**

**Art. 5º** Qualquer mudança nos espaços das barracas, alterações de produtos a serem comercializados, entre outros temas referentes ao bom funcionamento da feira devem ser comunicados à Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária/SMAP, que decidirá o que fazer.

**Art. 6º** São deveres dos feirantes:

I - manter permanentemente a Autorização de Funcionamento em local visível na barraca, além da licença sanitária, quando pertinente ao produto;

II - participar das reuniões, quando oficialmente convocado pela Administradora da feira;

III - comparecer no local da feira durante todo o período que ela ocorre; caso haja necessidade de faltar, o feirante deve comunicar, no prazo de 5 (cinco) dias, a secretaria responsável, a justificativa da sua ausência;

IV - caberá a Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária/SMAP analisar a ausência do feirante, quando ocorrer de forma contínua ou um longo período; podendo, caso seja necessário, substituir o feirante por outro agricultor ou produtor cadastrado na SMAP; e

V - o feirante deve informar a secretaria responsável, sempre que tiver propostas, sugestões, reivindicações ou reclamações.

### **CAPÍTULO V**

#### **DA ORGANIZAÇÃO**

**Art. 7º** A organização é de competência da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária/SMAP, conforme o art. 3º desta Lei, com o atendimento dos seguintes critérios:



## **CAMPO LARGO**

PREFEITURA MUNICIPAL

- I - o feirante poderá comercializar mercadorias de produção própria ou que sejam autorizados;
- II – para as barracas, food trucks e/ou similares, destinados à venda de alimentos que necessitam de preparo prévio, o autorizado deverá possuir documentação de funcionamento e obedecer aos critérios de higiene e segurança dos órgãos responsáveis pela saúde pública;
- III - a montagem e desmontagem de barracas, food trucks e/ou similares são de responsabilidade exclusiva dos feirantes autorizados e devem seguir as normas adotadas pela secretaria responsável;
- IV - em hipótese alguma será permitido o estacionamento ou a montagem de barracas, food trucks e/ou similares após o horário estabelecido., sob pena de suspensão automática do feirante;
- V - manter em sua barraca, food truck e/ou similar uma lixeira para resíduos orgânicos e outra, com pedal, para resíduos recicláveis à disposição do público;
- VI - caberá ao autorizado a coleta e adequada destinação ao lixo orgânico e inorgânico produzido por sua atividade, conforme legislação em vigor, sendo vedado deixá-lo em locais inapropriados após o encerramento das atividades, sob penas previstas nesta Lei;
- VII - caberá aos autorizados providenciarem junto a concessionária para uso de energia, os pontos de luz necessários para a sua atividade, bem como o pagamento das referidas taxas;
- VIII - caberá aos autorizados dispor de instalações sanitárias mínimas de 1 (um) masculino, e 1 (um) feminino para o público e feirantes;
- IX - providenciar abastecimento próprio de água potável e corrente compatível com o volume de comercialização realizada. A destinação final e adequada da água utilizada é de responsabilidade do autorizado, sendo vedado o descarte nas galerias de águas pluviais;
- X - é vedado a utilização de botijão de gás nas Feiras do Produtor Rural, Feira do Peixe, Festa do Agricultor e demais feiras e eventos de responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária/SMAP, sob pena do feirante/expositor ser excluído das mesmas perdendo imediatamente a Autorização de Funcionamento.

### **CAPÍTULO VI**

#### **DAS PENALIDADES**

**Art. 8º** Compete aos órgãos de fiscalização do Executivo Municipal, no âmbito de suas respectivas competências, fiscalizar a execução desta Lei e de sua regulamentação, assim como as demais legislações aplicáveis.



## **CAMPO LARGO**

PREFEITURA MUNICIPAL

**Art. 9º** A Licença para Funcionamento poderá ser revogada a qualquer tempo, caso o feirante deixe de cumprir as normas estabelecidas na presente Lei, sem que assista ao interessado direito à indenização.

**Art. 10** Verificado o descumprimento de quaisquer regras de conduta que possam acarretar prejuízos à ordem social, a presente autorização pode ser cancelada unilateralmente.

**Art. 11** O autorizado fica desde já ciente de suas responsabilidades Cíveis e Criminais durante a instalação e funcionamento do comércio.

**Art. 12** O não cumprimento ao disposto nesta Lei sujeitará o autorizado infrator às seguintes penalidades:

- I - advertência mediante notificação. Caso o feirante se recuse assinar a notificação, esta poderá ser assinada por 2 (duas) testemunhas;
- II - multa de R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais). Esse valor será reajustado anualmente com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou por outro índice que venha a ser instituído pelo Governo Federal;
- III – suspensão da atividade. O tempo da suspensão será decidido pela Secretaria responsável;
- IV - cassação da autorização.

**Art. 13** Fica sujeito a multa e apreensão das mercadorias, dos equipamentos, ou de ambos, o agricultor, produtor, artesão ou outro de demais atividades que não seja autorizado a trabalhar no local.

### **CAPÍTULO VII**

#### **DAS EXIGÊNCIAS SANITÁRIAS**

**Art. 14** Toda instalação e serviços relacionados à manipulação de alimentos deverá possuir manipulador exclusivo para este fim e possuir condições higiênico-sanitárias dentro dos padrões estabelecidos pela legislação vigente.



## **CAMPO LARGO**

PREFEITURA MUNICIPAL

**Art. 15** As instalações e os serviços relacionados à manipulação de alimentos devem dispor de equipamento e/ou estrutura para a higiene das mãos dos manipuladores com água potável e corrente, incluindo sabonete líquido inodoro antisséptico ou sabonete líquido inodoro e produto antisséptico, toalhas de papel não reciclado ou outro sistema higiênico e seguro para a secagem das mãos, de responsabilidade dos feirantes.

**Art. 16** Os alimentos que não forem preparados no local devem estar devidamente embalados, possuir identificação contendo nome, data de preparo e validade, além de estar na temperatura adequada de armazenamento e exposição, conforme Lei vigente.

**Art. 17** Os equipamentos necessários à exposição, armazenamento e à distribuição de alimento preparados sob temperaturas controladas devem estar devidamente dimensionados e se encontrarem em adequado estado de higiene, conservação e funcionamento.

Parágrafo único. Os alimentos e ou produtos devem ser fornecidos nas condições e temperatura adequadas sendo observadas as normas sanitárias, garantindo a segurança alimentar.

**Art. 18** Os utensílios utilizados para o consumo de alimentos e bebidas, tais como pratos, talheres e copos, devem ser descartáveis.

**Art. 19** Os condimentos como: ketchup, mostarda, maionese, azeite, molhos e outros deverão ser fornecidos em sachês.

**Art. 20** No interior das barracas, food trucks e/ou similares, os alimentos e ou produtos não podem ficar em contato direto com o chão, devendo ficar sobrestados ou em paletes.

**Art. 21** Para o exercício da atividade deverão ser observadas as normas aplicáveis em relação a poluição da água, do ar e do solo.

**Art. 22** Se detectada qualquer irregularidade, será instaurado processo administrativo nos órgãos/entidades competentes para apuração e eventual aplicação de penalidades, conforme artigo 12 e seus incisos desta lei. Além disto:



## **CAMPO LARGO**

PREFEITURA MUNICIPAL

- I- serão garantidos o contraditório e ampla defesa ao eventual infrator, mediante procedimento administrativo próprio, observadas as normas aplicáveis relativas ao objeto da fiscalização;
- II - as penalidades poderão ser aplicadas concomitantemente por mais de um órgão/entidade nas esferas das suas competências.

### **CAPÍTULO VIII DAS REGRAS GERAIS**

**Art. 23** O valor do preço público pela utilização de espaço público por particular será de R\$ 270,00 (valor anual), para áreas de até 9 m<sup>2</sup> (3,00m x 3,00m). Esse valor será reajustado anualmente com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou por outro índice que venha a ser instituído pelo Governo Federal.

Parágrafo único. Somente com a autorização da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária (SMAP), conforme interesse público, será autorizado a utilização de área superior a 9m<sup>2</sup>. Neste caso, será cobrado o mesmo valor unitário por metro quadrado excedente.

**Art. 24** Não será concedida mais de 1 (uma) autorização, concomitantemente, por pessoa, para o exercício de qualquer atividade prevista nesta Lei.

**Art. 25** É vedado, no exercício da atividade regulamentada por esta Lei:

- a) a utilização de equipamentos de som; e
- b) a utilização de mesas, cadeiras, guarda-sol, banquetas e similares que impeçam passagem de pedestres.

**Art. 26** A documentação necessária para o exercício de atividade nas feiras, das quais dispõe a presente lei será:

I - pessoa física

- a) documento oficial de identificação (RG);
- b) cadastro de pessoa física (CPF);
- c) comprovante de residência;
- d) certidão de regularidade de tributos municipais;



## **CAMPO LARGO**

PREFEITURA MUNICIPAL

e) para inscrição de produtores rurais, os interessados deverão anexar o comprovante do CAD/PRO atualizado;

f) para atividades na categoria de Produtos de Origem Animal, os candidatos deverão apresentar cópia da Licença Sanitária compatível com o ramo de atividade a ser exercida, expedida pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Largo.

II - pessoa jurídica:

- a) cópia do CNPJ;
- b) documento oficial de identificação do Responsável Legal;
- c) cadastro de pessoa física do Responsável Legal (CPF);
- d) comprovante de residência;
- e) certidão de regularidade de tributos municipais; e
- f) para atividades na categoria gêneros alimentícios os candidatos deverão apresentar cópia da Licença Sanitária compatível com o ramo de atividade a ser exercida, expedida pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal da Saúde e Serviço de Inspeção Municipal de Campo Largo - SIM/POA.

**Art. 27** Não será concedida autorização para o exercício do comércio nas Feiras dos seguintes produtos:

- I - cigarros;
- II - medicamentos;
- III - óculos de qualquer natureza;
- IV - instrumentos de precisão;
- V - produtos inflamáveis;
- VI - facas e canivetes ou outros instrumentos cortantes;
- VII - arma de fogo ou réplicas;
- VIII - telefones celulares;
- IX - vales-transportes e passagens de transporte coletivo;
- X - artigos pirotécnicos;
- XI - produtos de fabricação estrangeira introduzidos irregularmente no País;
- XII - produtos com marcas de terceiros não licenciados;
- XIII - eletrônicos;
- XIV - produtos sem nota fiscal de origem;





## **CAMPO LARGO**

PREFEITURA MUNICIPAL

XV - produtos sem procedência ou rotulagem em desacordo com a legislação vigente e;

XVI - bebidas alcoólicas para consumo local.

**Art. 28** É permitida a participação, na Feira do Produtor Rural, atividades de produtos comestíveis como venda de pastéis, cachorro-quente, café, chocolates, massas, pescados, entre outros da mesma atividade, cumprindo a legislação a que referida (nesta Lei), assim como as exigências sanitárias, citada no capítulo VI, desta Lei.

**Art. 29** É permitida a participação, na Feira do Produtor Rural, atividades de arte e artesanato, conforme a legislação desta Lei.

**Art. 30** As demais Feiras instituídas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária (SMAP) terão suas especificidades definidas nos respectivos editais de chamamento público, conforme a legislação aplicável a cada modalidade, seja de animais, orgânicos ou outras.

**Art. 31** As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 32** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 3477, de 19 de agosto de 2022.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, Paraná, em 02 de julho de 2025.

**Maurício Rivabem**

**Prefeito Municipal**